

## **Os mineradores e a conquista do Estado: do caso Hanna ao golpe de 1964**

Ana Carolina Reginatto (PPGHIS/UFRJ)

**Resumo:** Fruto de nossa pesquisa de doutorado sobre as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988), o objetivo deste trabalho é analisar as tensões geradas pela emergência dos interesses multinacionais e associados no setor e as limitações políticas do regime anterior, deposto com o golpe empresarial-militar de 1964. Para tanto, partindo de uma perspectiva gramsciana, discutiremos as formas de organização e atuação dos agentes de tais interesses na sociedade civil e política, assim como, em um aparelho privado de hegemonia específico, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Também será objeto de nossa análise, a ocupação de tais agentes em postos do Estado restrito pós-1964 e a aplicação de políticas públicas em consonância com os interesses multinacionais e associados.

**Palavras-chave:** mineração, ditadura, aparelho privado de hegemonia, capital multinacional

### **Miners and the conquest of the State: from the Hanna case to the 1964 coup**

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze the tensions generated by the emergence of multinational and associated interests in the sector and the political limitations of the Brazilian economy (1964-1988) Of the previous regime, overthrown with the military-business coup of 1964. For this, starting from a gramsciana perspective, we will discuss the forms of organization and performance of the agents of such interests in civil and political society, as well as in a private apparatus of hegemony The Institute for Research and Social Studies (IPES), created in 1961, will also be the object of our analysis, the occupation of such agents in post-1964 State posts and the implementation of public policies in line with multinational interests and associated.

**Keywords:** Mining, dictatorship, private apparatus of hegemony, multinational capital

Este texto apresenta resultados preliminares da pesquisa “A ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)”, em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) – sob a orientação do Professor Renato Lemos.

Em linhas gerais, a pesquisa pretende dar conta das seguintes questões: até que ponto os grupos econômicos do setor conseguiram satisfazer suas necessidades de acumulação por meio do regime ditatorial? Como conseguiram atingir seus objetivos – através de suas entidades de classe, participação de representantes nos órgãos decisórios etc.? Em que medida as políticas para o setor implementadas pelos sucessivos governos, responderam a imperativos das estratégias econômicas gerais ou a propósitos de favorecimento dos grupos econômicos? Neste último caso, quais empresas teriam sido privilegiadas?<sup>1</sup>

Para tanto, partimos de uma perspectiva gramsciana, entendendo o Estado em seu sentido ampliado, isto é, como a complexa interação entre a sociedade civil – arena da luta de classes e espaço da organização das vontades e das disputas pela afirmação hegemônica de projetos classistas – e a sociedade política – o conjunto dos aparelhos e agências do poder público, as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito.<sup>2</sup> Nesse sentido, o conceito de intelectual orgânico, cunhado pelo marxista sardo, torna-se bastante útil para entendermos os agentes organizadores das ações coletivas (organicamente) vinculados ao setor.<sup>3</sup> Como nos lembra Sonia Regina de Mendonça, sob a matriz gramsciana:

Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar, no entanto, que em virtude da diversificação de áreas que abrangem o setor mineral, propomos concentrar nossa análise no subsetor de minerais metálicos que inclui, entre outros, a exploração de minério de ferro, manganês, nióbio e bauxita – justamente, os minerais objeto da implementação de grandes projetos de exploração durante a ditadura.

<sup>2</sup> Ver GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>3</sup> Com relação ao conceito de intelectual orgânico, Gramsci assinala: “Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito e etc., etc.” *Idem*, Vol. 2, p.15.

mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas.<sup>4</sup>

Dessa forma, a pesquisa pretende discutir as formas de organização do empresariado vinculado ao setor da mineração, identificando seus intelectuais orgânicos e os espaços concretos onde dita organização toma forma – isto é, as associações de classe ou aparelhos privados de hegemonia do setor –; e em que medida seus interesses se realizaram através da sociedade política.

De saída, para entendermos a dinâmica do desenvolvimento da mineração ao longo da ditadura e a articulação de suas frações empresariais, é imprescindível, por um lado, destrinchar as tensões oriundas da emergência dos interesses multinacionais no setor e as limitações políticas e jurídicas do regime desposto em 1964, e por outro, como os entraves para a realização de tais interesses foram removidos no decorrer do primeiro governo da ditadura empresarial-militar.

Nesse sentido, a pesquisa seminal do cientista uruguaio René Dreifuss, publicada no Brasil em 1981 sob o título *1964 – a conquista do Estado*,<sup>5</sup> torna-se um imprescindível ponto de partida para entendermos as transformações na configuração das classes dominantes brasileiras que culminaram na participação ativa de parte do empresariado no golpe de 1964. Na lavra de Gramsci e das análises “clássicas”<sup>6</sup> sobre o regime populista<sup>7</sup>, o autor identifica uma crise “de autoridade orgânica e de hegemonia política”<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Faperj-Vício de Leitura, 2007. p. 15.

<sup>5</sup> Versão em português de sua tese de doutoramento, realizada na Universidade de Glasgow, *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*.

<sup>6</sup> De acordo com Felipe Demier, após o fim do governo de João Goulart, parte da intelectualidade de esquerda passou a refletir sobre os elementos explicativos que justificariam a ruína das estruturas políticas erigidas a partir de 1930. As pesquisas voltaram-se à crise (oligárquica) que gerou a emergência de uma nova forma de dominação política (o populismo), para tentar compreender as razões que levaram ao seu colapso, no início dos anos 1960. Nesse contexto, os diversos trabalhos produzidos por Francisco Weffort e Octavio Ianni, entre 1963-1978, tornaram-se “clássicos” sobre o período histórico brasileiro compreendido entre 1930-1964 e, a partir de então, conhecido como populismo. DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. p. 252-253.

<sup>7</sup> De maneira geral, podemos dizer que Weffort e Ianni entendiam o populismo como uma nova forma de relação política entre as classes sociais engendrada em uma etapa específica do desenvolvimento capitalista brasileiro/latino-americano quando, em virtude da crise internacional de 1929, o colapso dos modelos agroexportadores teria provocado uma reconfiguração das relações externas das economias periféricas e das relações políticas e sociais internas. Tal recomposição, no entanto, teria se caracterizado pela incapacidade dos setores sociais emergentes (burguesia industrial, classes médias e trabalhadores) em exercer a condução política da Nação, isto é, em impor seus interesses particulares como expressão política dos interesses gerais,

da forma de dominação vigente no início dos anos 1960, cujas razões explicativas seriam as alterações no interior da classe dominante brasileira e a expansão (autônoma) da capacidade organizativa dos trabalhadores (rurais e urbanos).

Segundo o autor, as transformações na composição das frações burguesas do país teriam se desenrolado com a penetração dos capitais multinacionais na economia brasileira, sobretudo, a partir de meados dos anos 1950. Resultado da construção da hegemonia norte-americana e do processo de transnacionalização de capitais ocorridos no pós-Segunda Guerra, a implantação das corporações multinacionais e sua intrincada relação com a formação social brasileira teria favorecido a associação entre capitais forâneos e nacionais, formando um novo bloco burguês, articulador dos interesses econômicos e políticos do capital multinacional e associado.

A emergência desse novo bloco baseava-se, não só, em seu poder econômico, mas na organização de uma estrutura de “poder político-corporativo”, capaz de influenciar as diretrizes governamentais nacionais. Na lavra de Gramsci, Dreifuss aponta que essa estrutura era formada por uma “*intelligentsia* empresarial”, isto é, por “verdadeiros intelectuais orgânicos” do bloco multinacional e associado.<sup>9</sup> Esse conjunto de agentes articulou “um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado”,<sup>10</sup> constituído por diretores de corporações multinacionais e proprietários de empresas associadas, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos de estatais, além de oficiais militares.

Nesse sentido, Dreifuss reforça que as atividades desses empresários e diretores destinavam-se a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e a influenciar certas diretrizes político-econômicas de alcance nacional, para o benefício das corporações as quais estavam organicamente vinculados. Por suas qualificações profissionais, esses atores ocupavam cargos em diferentes diretorias das grandes companhias e também

---

resultando em regimes políticos baseados em “compromissos” e “alianças” entre as classes e frações de classe no poder. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>8</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 143.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>10</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p. 71.

integravam postos-chave na burocracia estatal, articulando os interesses multinacionais e associados por dentro do Estado – por isso, Dreifuss os denomina tecnoempresários.<sup>11</sup>

Já o grupo de oficiais era constituído, principalmente, por militares que haviam passado pela experiência comum da missão expedicionária brasileira durante a Segunda Guerra Mundial e, após participarem de cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos, ajudaram a criar “um reduto político e ideológico”, a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. De acordo com o autor, o grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados a perspectiva quanto a urgência em orientar o processo de crescimento da economia nacional “em direção à criação de uma sociedade industrial e capitalista”.<sup>12</sup> Essa congruência de valores era fortalecida no interior da Escola, onde muitos industriais e tecnoempresários ligados ao capital multinacional e associado ministravam conferências recorrentemente e recebiam treinamento, além da própria atuação de alguns oficiais (como diretores e/ou acionistas) em corporações privadas.

A solidariedade de interesses do bloco multinacional e associado se materializou através de formas organizacionais básicas, entre elas: os escritórios de consultoria tecnoempresarial, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) e a CONSULTEC; e associações de classe empresariais variadas como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas (ABDIB) e o Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP). A articulação dessa rede de interesses comuns também recebeu apoio dos governos de origem das corporações multinacionais, que se prontificavam a pressionar política e economicamente o governo brasileiro; e de associações de classe norte-americanas que buscavam influenciar e mobilizar a comunidade empresarial e outros grupos importantes no cenário político nacional.<sup>13</sup>

Excluídos da dinâmica (associativa) da convergência de classes do regime populista, a estratégia geral dos intelectuais orgânicos do novo bloco foi buscar contornar os canais políticos e administrativos tradicionais, estabelecendo novos “focos de poder” no

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 72-73.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 78.

<sup>13</sup> O autor aponta as seguintes associações: *American Economic Foundation* (AEF), o *Committee of Entreprises for the Implementation of the Alliance for Progress*, o *Latin American Information Committee* (LAIC), o *Business Group for Latin America* (BGLA), o *Committee for Economic Development* (CED) e o *Council for Foreign Relations* (CFR). *Idem*, p. 100-101.

interior do Estado – o que em grande medida foi possível durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961). No entanto, para além do *lobby* junto ao Executivo, também recorreram à formação de grupos de ação política e ideológica para moldar a opinião pública.

De acordo com a pesquisa de Dreifuss, o primeiro desses grupos foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado no final da década de 1950. Com o alegado propósito de “defender a democracia”, o IBAD contava com o apoio de membros proeminentes da American Chambers of Commerce, do CONCLAP, da ESG e das mais importantes associações de classe empresariais do Rio e de São Paulo. Através do Instituto, os intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado buscaram ampliar as ligações com empresários, militares e com o público em geral, apoiando movimentos anticomunistas (paramilitares e católicos) e outras organizações conservadoras das classes médias, além de canalizar o financiamento de campanhas eleitorais – em alguns casos, sob o patrocínio da agência de inteligência norte-americana, CIA.<sup>14</sup>

A renúncia de Jânio Quadros (1961), a emergência de um Executivo nacional-reformista com a chegada de João Goulart (1961-1964) ao poder e o entendimento de que o mesmo não possuiria autoridade suficiente para conter a mobilização cada vez mais independente dos trabalhadores organizados, impeliu a vanguarda do capital multinacional e associado a formular um novo projeto de Estado e a ação político-militar para implementá-lo.

Nesse sentido, Dreifuss identifica dois momentos distintos que revelam a tomada de consciência do bloco multinacional e associado: o tempo do “transformismo molecular” e do “transformismo”. O primeiro abrange o período entre a criação da ESG até a renúncia de Jânio Quadros (1949-1961), momento em que foram criados os “escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligaram na sua visão programática das reformas de Estado necessárias formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional e associado”.<sup>15</sup> Nesse período, o bloco emergente buscou uma acomodação com as “regras do jogo” do regime populista, o que se deteriorou com a renúncia de Quadros. Após a tentativa fracassada de

---

<sup>14</sup> *Idem*, p. 101-104.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 106.

impedir a posse de Goulart em 1961, os “esforços derradeiros” do bloco multinacional e associado buscaram influenciar parlamentares e ministros a engessar a atuação do Executivo, mas já em “uma manobra ampla de contenção dentro de uma campanha maior em direção a um golpe de Estado”.<sup>16</sup> Esse é o momento de passagem entre a solidariedade de interesses e a atuação dentro das “regras” populistas (o tempo do “transformismo molecular”), para a organização da ação política necessária para a “conquista do Estado”, angariando apoio de outras frações burguesas (a fase do “transformismo”), processo que foi liderado pelo que Dreifuss denominou como uma elite orgânica do capital multinacional e associado.<sup>17</sup>

Segundo o autor, formada pela vanguarda dos intelectuais orgânicos do bloco emergente, essa “elite”, diante do acirramento da luta de classes no início dos anos 1960, organizou a ação política necessária, não mais, para reformar o Estado dentro do regime vigente, mas para conquistá-lo. Esse movimento foi articulado através de seus principais grupos de ação, o IBAD e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)<sup>18</sup> – criado em novembro de 1961 –; desenvolvendo uma campanha política, ideológica e militar capaz de assegurar e moldar o apoio de outras forças sociais. Nas palavras do autor:

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> Em outra obra, Dreifuss elabora melhor o conceito de elite orgânica. Segundo o autor, as elites orgânicas são constituídas por agentes político-ideológicos “especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe”. Nesse sentido, elas não são, nem poderiam ser, um mero reflexo da estrutura econômica no plano político. Isto é, apesar de ligadas organicamente a uma classe ou frações de classe e, portanto, ao universo socioeconômico e cultural, atuam em um nível especificamente político, predispondo a classe dominante para a luta política ao traduzir, relacionar e transpor “as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca[m] sua realização institucional”. DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.23-24. Uma análise certa do conceito cunhado pelo autor, pode ser vista em HOEVELER, Rejane C.; MELO, Demian B. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. In: *Tempos Históricos*, volume 18, 2014. p 20-26.

<sup>18</sup> Discutiremos melhor a ação do Instituto mais adiante.

<sup>19</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p. 161-162.

Dessa forma, com base em uma extensa pesquisa empírica, Dreifuss demonstra como a consolidação do complexo IPES/IBAD significou o apoio de “grupos inteiros da burguesia” brasileira ao campo militante contra o regime populista, organizado pela vanguarda intelectual do bloco multinacional e associado e como essa coalizão consagrou-se vitoriosa com o golpe de Estado de 1964.<sup>20</sup>

O setor econômico da mineração, sobretudo, o campo destinado à exploração de minerais metálicos, também foi palco das tensões entre a emergência dos interesses multinacionais e associados e os ditames político-jurídicos do regime populista, sendo possível observar a atuação de intelectuais orgânicos desses interesses através do “entrincheiramento” burocrático, ocorrido durante o governo Kubitschek, e nos grupos de ação IPES/IBAD, como pretendemos demonstrar ao longo do capítulo. Por ora, examinemos algumas características econômicas do desenvolvimento da mineração no Brasil.

### **1.1. A “administração paralela” do governo Kubitschek e os entraves do regime populista**

Juscelino Kubitschek chegou à Presidência da República, nas eleições de 1955, liderando a chapa formada por seu partido, o Partido Social Democrático (PSD), e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),<sup>21</sup> representado pelo vice-presidente João Goulart. Empossado em janeiro de 1956, o projeto econômico do novo presidente, sintetizado em seu Plano de Metas, visava “acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades

---

<sup>20</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>21</sup> Os dois partidos foram criados no final do Estado Novo (1937-1945), em 1945, estimulados por iniciativa do próprio Vargas. De acordo com Maria Victoria Benevides, o PSD reunia os interventores e demais responsáveis diretos pela administração estadonovista, grandes proprietários rurais, comerciantes, advogados e figuras de maior destaque nos municípios e estados. O PTB, por sua vez, foi organizado informalmente pelos partidários da continuação de Getúlio Vargas no governo, membros do “movimento queremista”. A União Democrática Nacional (UDN) também foi criada nesse contexto, inicialmente, como uma frente democrática bastante heterogênea, mas que compartilhava posições anticomunistas, antinacionalistas e, principalmente, antivarguistas. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 62-66.



produtoras”.<sup>22</sup> Para tanto, incorporava aspectos apontados pelos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos<sup>23</sup> para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) e do Grupo Misto de Estudos Cepal-BNDE.<sup>24</sup> O Programa apresentava 31 metas, distribuídas em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e, como meta-síntese, a construção de Brasília.<sup>25</sup>

De acordo com Sonia Regina de Mendonça, as rápidas transformações por que passou a economia brasileira através da implantação de tal programa, significaram uma redefinição do setor industrial a ser privilegiado pelas diretrizes estatais e o estabelecimento de novas alternativas para o financiamento da industrialização do país.<sup>26</sup> O setor produtivo de bens de consumo duráveis (indústria automobilística, eletrodomésticos, etc.) foi eleito o setor de ponta da acumulação, dirigindo-se doravante, direta ou indiretamente, os estímulos econômicos do novo governo. No entanto, a autora aponta que os elementos que possibilitaram essa redefinição foram gestados mesmo antes da chegada de Kubitschek ao poder. Nesse sentido, do ponto de vista estritamente econômico, foi a própria concentração de renda possibilitada pelos rumos industrializantes no pós-1930 que incentivou a formação interna de capitais e a alteração do perfil da demanda nacional, com o favorecimento do capital privado nacional através das políticas governamentais (insumos e serviços a baixo custo produzidos pelas empresas estatais de bens de produção, compressão salarial propiciada pela legislação trabalhista, etc.). Além disso, os altos índices de crescimento do polo urbano-industrial significaram um expressivo aumento da massa total de poder aquisitivo nas cidades, beneficiando as indústrias de bens de consumo. Esse processo iniciou, ainda, a diferenciação de um segmento da mão-de-obra mais qualificado e melhor

---

<sup>22</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955 *apud* BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek...op.cit.* p. 210.

<sup>23</sup> A Comissão foi instalada em 1951 e suas atividades terminaram dois anos depois, com a entrega do relatório final ao então Ministro da Fazenda, Eugenio Gudín. Seu principal objetivo era criar condições para o incremento do fluxo de investimentos públicos e privados (nacionais e estrangeiros) visando a acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil, através da preparação de projetos específicos para inversões de capital em setores básicos. Vera CALICCHIO. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

<sup>24</sup> O Grupo Cepal-BNDE foi criado em 1953 para elaborar estudos sobre a economia brasileira, com ênfase especial em técnicas de planejamento. Sob a presidência do economista Celso Furtado, o relatório final do Grupo, publicado em 1955, foi a base para o Plano de Metas do governo Kubitschek. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>> Acesso em 15 de maio de 2016.

<sup>25</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek... op. cit.* p. 210

<sup>26</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil...op.cit.* p. 53.

remunerado, apto a consumir artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos, automóveis, etc.<sup>27</sup>

Ao mesmo tempo, a guinada na política econômica brasileira foi possível e condicionada pelas alterações da conjuntura internacional, a partir da década de 1950. Com o fim do processo de reconstrução da Europa após a Segunda Guerra, as economias centrais conquistaram certa estabilidade, o que as levou a exportar capitais para os países periféricos. Nesse contexto, “em face das pressões – internas e externas – descritas, optou-se pela internacionalização da economia brasileira, abrindo-a ao capital estrangeiro sob a dupla forma de empréstimos e investimentos diretos”.<sup>28</sup>

No entanto, apesar do governo Kubitschek contar com apoio parlamentar e ter usufruído de relativa estabilidade política ao longo do mandato presidencial através da coligação PSD/PTB,<sup>29</sup> o Congresso Nacional, mantinha uma postura conservadora em relação ao Executivo, fruto da lógica de alianças e interesses tradicionais que ele representava. Além disso, o Legislativo também era espaço de pressão de representantes da classe trabalhadora que buscavam influenciar a formulação das diretrizes políticas do governo. Assim, o sistema político populista permitia o livre exercício de contrapressões significativas aos interesses multinacionais que se faziam pesar na estrutura socioeconômica do país.<sup>30</sup>

Dessa forma, para implementar seu Plano de Metas, o governo Kubitschek adotou uma série de medidas que visavam simplificar e uniformizar os instrumentos de incentivo ao setor privado, através da criação de Grupos de Trabalho e de Grupos Executivos específicos, subordinados ao Conselho do Desenvolvimento – criado no dia seguinte à posse do novo presidente.<sup>31</sup> A criação dessa ampla gama de novos organismos de planejamento e consultoria, a chamada “administração paralela”, ignorava os canais tradicionais de formulação e execução de diretrizes políticas. Ela foi estruturada a partir de órgãos já existentes, como a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX),

---

<sup>27</sup> *Idem*, p.54-55.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>29</sup> Segundo Benevides, a dinâmica da coalizão PSD/PTB funcionou concretamente através da divisão clientelística do governo pelos dois partidos: o PSD com o controle burocrático dos órgãos de interesse de sua base rural, além das instâncias de política financeira; e o PTB com o Ministério do Trabalho e os órgãos da Previdência Social, além da política sindical. Ademais, a aliança propiciou o apoio necessário no Congresso, como um bloco de apoio eficaz frente à oposição liderada pela UDN. *Idem*, p. 73-100.

<sup>30</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964...*op.cit.* p.34-35.

<sup>31</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek... op. cit.* p. 211.

o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Em síntese, nas palavras de Dreifuss:

A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek impulsionava as transformações que já se faziam sentir na estrutura socioeconômica do Brasil (...). Além disso, (...) estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado. (...). Com efeito, com a implantação do seu Plano de Metas, e como pré-requisito para a sua realização, foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Eles formavam uma “administração paralela” coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros populistas. Na realidade, isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiram a coexistência de capital local e multinacional.<sup>32</sup>

O Plano de Metas fora elaborado antes mesmo da posse de Kubitschek, por uma equipe liderada por Lucas Lopes e Roberto Campos. Lopes, engenheiro de formação com longa trajetória na iniciativa privada e nas esferas governamentais, havia sido presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) durante a gestão de Kubitschek no governo do estado mineiro (1951-1955).<sup>33</sup> Roberto Campos, por sua vez, era economista e diplomata de carreira, e havia participado do Grupo de Estudos Cepal-BNDE.<sup>34</sup> Os dois integraram a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e ocuparam, sucessivamente, a presidência do BNDE e a Secretaria-Geral do Conselho do Desenvolvimento durante a administração Kubitschek – Lopes, entre fevereiro de 1956 e

---

<sup>32</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op. cit.* p. 34-35.

<sup>33</sup> Antes de integrar a equipe econômica de Juscelino Kubitschek, Lucas Lopes foi engenheiro da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeab), do grupo Amforp, e da Sociedade Técnica de Materiais; secretário de Agricultura, Indústria e Comércio (1943-1944) e de Viação e Obras Públicas (1945) de Minas Gerais. Na esfera federal, ocupou a pasta da Viação e Obras Públicas entre agosto de 1954 e janeiro de 1955 no governo de Café Filho, e novamente entre novembro desse ano e janeiro de 1956, sob a presidência de Nereu Ramos. Como veremos com mais detalhes adiante, foi um dos fundadores da CONSULTEC e, depois que deixou o governo de JK, em 1959, se dedicou exclusivamente a atividade privada, fazendo parte do Conselho da Hanna Mining até o final dos anos 1980. Sobre sua trajetória ver ARAÚJO, Fernanda da Costa M. *Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

<sup>34</sup> Posteriormente, foi membro da CONSULTEC, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1961-1964) e no governo Castelo Branco (1964-1967) assumiu o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, tornando-se responsável pelas principais diretrizes econômicas do primeiro governo do regime militar. Cf. Vilma KELLER; Renato LEMOS. Roberto Campos. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

janeiro de 1958 (quando foi nomeado Ministro da Fazenda) e Campos de 1958 até julho de 1959.

Uma das metas do programa de desenvolvimento do novo governo, incorporado ao grupo “indústrias de base”, previa o incremento das exportações de minério de ferro.<sup>35</sup> Segundo Lopes, no delineamento original da plataforma presidencial do futuro governo, materializado através do documento “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, publicado em 1955 e redigido sob sua supervisão, era apontada a necessidade de se reformular a política de minérios com a elaboração de diretrizes governamentais específicas. Para tanto, como secretário geral do Conselho do Desenvolvimento, Lopes encaminhou a Exposição de Motivos CD/EM-57 ao presidente da República, em 28 de janeiro de 1957, na qual solicitava a criação de um grupo de trabalho para definir a nova política de exportação de minério de ferro.

No mês seguinte, em 25 de fevereiro de 1957, foi criado o Grupo de Trabalho por despacho presidencial, formado pelos ministros José Maria Alkmin (Fazenda), Lucio Meira (Viação e Obras Públicas) e Mário David Meneghetti (Agricultura); pelo general Nelson de Mello (secretário do Conselho de Segurança Nacional); Lucas Lopes (secretário do Conselho do Desenvolvimento/BNDE); pelos diretores do Banco do Brasil P.A. Pook Correia (Carteira de Câmbio) e J.L. Tosta Filho (Carteira de Exportação); por Francisco de Sá Lessa (Companhia Vale do Rio Doce) e pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, como representante dos mineradores.<sup>36</sup>

O Grupo decidiu formar duas subcomissões para elaborar estudos sobre o mercado mundial de minério de ferro, mapear as reservas brasileiras e os projetos de exportação conhecidos.<sup>37</sup> De acordo com Lucas Lopes, participaram desses estudos, entre outros, Mário da Silva Pinto e Oscar de Oliveira.<sup>38</sup> Oliveira trabalhava, desde 1954, como superintendente e diretor da Companhia Vale do Rio Doce (da qual se tornaria presidente,

---

<sup>35</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek... op. cit.* p. 210.

<sup>36</sup> Além de importante empresário, Antunes, também participava do Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos (SINFERBASE). Sobre os membros do Grupo de Trabalho ver DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p.90.

<sup>37</sup> Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL pi Lopes, L. 0000.00.00/6. p. 2.

<sup>38</sup> LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento...op.cit.* p.198.

em 1965). Ademais, foi vice-presidente e conselheiro do SINFERBASE, entre 1961-1966, e um importante líder do IPES.<sup>39</sup>

O resultado das pesquisas foi enviado ao Ministério da Fazenda em 17 de junho de 1957, sob a forma do Documento nº 18. Com cerca de 400 páginas, o Documento defendia incisivamente a exportação em larga escala do minério de ferro pelo Brasil, “não apenas para equilibrar a sua balança de comércio exterior, mas também para fortalecer seu poder de barganha na obtenção de quotas de carvão coqueificável indispensáveis ao crescimento de seu parque siderúrgico”.<sup>40</sup> No entanto, para poder competir com outras reservas minerais localizadas em regiões mais próximas aos centros consumidores, o minério brasileiro, além de ser explorado em larga escala, necessitava ser “transportado em portos altamente equipados e exportado em navios de grande tonelagem, que [oferecessem] fretes reduzidos”.<sup>41</sup> Nesse sentido, o Documento defendia que o país só conseguiria “visualizar uma exportação de 20 a 30 milhões, se [conseguisse] atrair os recursos necessários aos grandes investimentos que [tornariam] competitivos nossos minérios”.<sup>42</sup>

O estudo citava quatro projetos de exportação, com destaque para o da Companhia Vale do Rio Doce (6 milhões toneladas) e um outro de 20 a 30 milhões de toneladas a ser executado pela estatal em associação com uma companhia estrangeira, ou somente por essa última. Para negociar com os grupos interessados, deveria ser criado um Grupo Executivo junto ao Conselho do Desenvolvimento, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF), com a incumbência de negociar com as partes interessadas e estabelecer as condições da participação estrangeira. O Documento finalizava sugerindo “a constituição imediata de um grupo de estudo que [oferecesse] ao governo, em curto prazo, sugestões a respeito” das mudanças legais e burocráticas necessárias.<sup>43</sup> Diante do tamanho dos recursos financeiros e técnicos para a realização do incremento da exportação de minério, o estudo defendia a participação do capital estrangeiro através de financiamento ou participação direta:

A definição da melhor forma, das condições e dos limites sob que se deve procurar obter financiamentos ou participação direta de capitais estrangeiros e

---

<sup>39</sup> BORTONE, Elaine. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na administração pública (1964-1967). (mimeo).

<sup>40</sup> Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL pi Lopes, L. 0000.00.00/6. p. 3.

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> *Idem.*

<sup>43</sup> *Idem.*

programas destinados a grande exportação de minério de ferro, não é possível senão em face de negociações concretas. A necessidade indiscutível de recursos financeiros externos, em face do elevado montante de investimentos necessários à exportação maciça, deve conduzir a uma política que garanta aos capitais estrangeiros uma justa remuneração e uma segurança satisfatória de juros razoáveis e reembolso.<sup>44</sup>

A partir dessas considerações e incorporando *ipsis litteris* as conclusões do Documento nº 18, foi formulada a Exposição de Motivos nº 1.234, assinada pelo ministro da Fazenda José Maria Alkmin, para justificar o decreto presidencial nº 42.020, de 10 de agosto de 1957. Tal decreto estipulava a criação, dentro do Conselho do Desenvolvimento, do GEMF, “a fim de coordenar os estudos, entendimentos e negociações a serem conduzidos pelo Governo, visando possibilitar e estimular a exportação de minério de ferro e seus produtos”.<sup>45</sup> Fizeram parte do Grupo ao longo do governo Kubitschek: José Maria Alkmin/Lucas Lopes (ministro da Fazenda), Nelson de Mello (secretário do Conselho de Segurança Nacional), Lucas Lopes/Roberto Campos (BNDE), João Batista Pinheiro (secretário do Conselho do Desenvolvimento), diretores do Banco do Brasil P. A. Pook Correia (Carteira de Câmbio) e J. L. Tosta Filho (Carteira de Exportação), Otávio Gouveia de Bulhões e A. Abreu Coutinho (SUMOC), Mário da Silva Pinto (DNPM) e J. L. Bulhões Pedreira (diretor da Rede Ferroviária Federal).<sup>46</sup>

De acordo com Lopes, foi justamente “sob a inspiração” da política de minérios traçada dentro do Conselho do Desenvolvimento em 1957, que o “grupo Hanna se decidiu a confiar no Brasil e tentar realizar aqui algo semelhante ao que [realizara] no Canadá e nos EE.UU”.<sup>47</sup> De fato, o grupo norte-americano, que atuava na pesquisa mineral no país desde 1955,<sup>48</sup> constituiu, em 18 de novembro de 1957, a Mineração Hannaco Ltda. com a finalidade de explorar, aproveitar e administrar jazidas; obter concessões e autorizações de pesquisa e lavra; comercializar e exportar minérios; enfim, ser uma empresa “guarda-chuva” para a execução dos objetivos da Hanna.<sup>49</sup>

---

<sup>44</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>46</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964...*op.cit.* p.90.

<sup>47</sup> Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL pi Lopes, L. 0000.00.00/6. p.11.

<sup>48</sup> Através da Mineração Hanna do Brasil, como vimos anteriormente.

<sup>49</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação”, 2003, p. 10. Disponível em: <[http://www.ofm.org.br/informaximo/imagens/%7B91F482D8-64BE-49B8-9B83-BF73A0F7D3FE%7D\\_O\\_Caso\\_Hanna\\_MBR.pdf](http://www.ofm.org.br/informaximo/imagens/%7B91F482D8-64BE-49B8-9B83-BF73A0F7D3FE%7D_O_Caso_Hanna_MBR.pdf)> Acesso em 24 de maio de 2016.

Segundo Osny Duarte Pereira, essa congruência entre a elaboração das diretrizes da política de minérios do governo e a consolidação dos interesses do grupo Hanna no país seria ainda mais explicitada quando, também em fins de 1957, Kubitschek especificaria a meta de exportação de minério de ferro nos seguintes termos:

Para a formulação mais precisa do programa de 30 milhões de toneladas, por volta de 1975, existem em curso alguns estudos de profundidade, entre os quais se destacam, pelos avanços que acusam, o da Hanna Co., que é de grande envergadura e em cujos estudos iniciais a empresa americana já investiu cerca de 2,5 milhões de dólares.<sup>50</sup>

Para realizar seu objetivo de exportar o minério brasileiro, no início de 1958, a Hanna efetuou na Bolsa de Valores de Londres a compra das ações da St. John D'el Rey Mining, empresa inglesa que explorava ouro no Brasil desde 1834 e passava por séria crise financeira. Como afirmou a revista norte-americana *Times*, o que motivou a Hanna a fazer tal transação, no entanto, não foram as minas auríferas – o “coração de ouro” da St. John –, mas “o peito de ferro, com mais de dois bilhões de toneladas de alto teor” nas montanhas de sua propriedade.<sup>51</sup>

Ao adquirir a St. John, o grupo Hanna tornou-se proprietário da Cia. de Mineração Novalimense, fundada pela empresa inglesa em 1934 para explorar jazidas de minério de ferro em Nova Lima (MG). Em 27 de maio de 1958, a Mineração Hannaco firmou um contrato com a St. John e a Novalimense, tornando-se responsável por realizar todos os serviços de exploração mineral nas propriedades das duas empresas. A partir daí, a Hannaco passou a elaborar um esboço do que ficaria conhecido como “Projeto Águas Claras”.

Em fevereiro de 1959, esse plano provisório foi enviado ao Conselho do Desenvolvimento, através de correspondência submetida por Alberto Torres Filho (advogado do grupo Hanna) a João Batista Pinheiro, solicitando autorização para a construção de um porto privativo, na ilha de Guaibinha (Sepetiba-RJ), para o embarque do minério. O mesmo projeto preliminar foi enviado ao Departamento Nacional de Portos,

---

<sup>50</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência - Um Desafio à Dignidade Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 127.

<sup>51</sup> *Idem*, p.

Rios e Canais em 4 de março de 1959, solicitando autorização para a construção do porto na ilha de Guaibinha. O que foi concedido em 18 de março do mesmo ano.<sup>52</sup>

Toda a movimentação do grupo Hanna entre 1958-1959, deixava claro que a empresa estava interessada, fundamentalmente, nas reservas de minério de ferro. Dessa forma, diante das dívidas financeira e trabalhista que sobrecarregavam a St. John, a Hanna firmou seu primeiro contrato com a Sociedade de Planejamento e Consultas Técnicas (CONSULTEC), em 28 de dezembro de 1959, para avaliar a melhor maneira de separar a exploração de ouro da de ferro. Sob a direção do engenheiro Mauro Thibau – então diretor da Cemig e futuro Ministro das Minas e Energia, durante o governo Castello Branco –, a CONSULTEC fez um levantamento do patrimônio mineral da St. John, sugerindo a venda da mina de ouro da antiga empresa inglesa.<sup>53</sup> No ano seguinte, em 31 de março de 1960, a Hanna repassou o controle acionário da empresa para um grupo de brasileiros liderado por Walther Moreira Salles, Horácio de Carvalho e Fernando de Souza Mello Vianna, permanecendo, no entanto, com 25% das ações da recém-criada Mineração Morro Velho S.A.<sup>54</sup>

Como já mencionamos, a CONSULTEC foi um importante espaço de construção da solidariedade de interesses do bloco multinacional e associado e de sua articulação junto à administração paralela. Fundada em 26 de setembro de 1959 por Lucas Lopes e Mário da Silva Pinto, contava ainda com a participação de Glycon de Paiva.<sup>55</sup> Paiva era engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto e membro do DNPM desde a sua criação, em 1934. Participou do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1944-1945), foi o técnico responsável pela avaliação das jazidas de manganês do Amapá que viriam a ser concedidas à ICOMI e do grupo de estudos para a localização da Siderúrgica Mannesmann, no início dos anos 1950. Além disso, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), foi relator da

---

<sup>52</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação”, 2003, p. 13. Disponível em: <[http://www.ofm.org.br/informaximo/imagens/%7B91F482D8-64BE-49B8-9B83-BF73A0F7D3FE%7D\\_O\\_Caso\\_Hanna\\_MBR.pdf](http://www.ofm.org.br/informaximo/imagens/%7B91F482D8-64BE-49B8-9B83-BF73A0F7D3FE%7D_O_Caso_Hanna_MBR.pdf)> Acesso em 24 de maio de 2016.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>54</sup> Como vimos no capítulo anterior, no início dos anos 1970, a mina passa a pertencer integralmente ao grupo Moreira Salles e, posteriormente, ao grupo Anglo American Corporation (em associação com grupo brasileiro, Bozano Simonsen). FERNANDES, Francisco Rego Chaves. et al. *Os maiores mineradores do Brasil...op.cit.* vol. 2, p. 421-462.

<sup>55</sup> Além dos seguintes quadros, todos membros do GEMF: Roberto Campos, J. L. Bulhões Pedreira, João Batista Pinheiro, Octávio Gouveia de Bulhões e A. Abreu Coutinho. DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p. 87-88.



comissão de exploração mineral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e diretor do BNDE (1952-1953). Deixando esse cargo em 1954, tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do referido Banco, onde permaneceria até 1960. Em 1955, fez parte da diretoria da Vale do Rio Doce e assumiu a presidência do BNDE até fevereiro de 1956. Membro de diversas empresas multinacionais, no setor da mineração especificamente, Paiva foi diretor da própria ICOMI.<sup>56</sup>

De fato, o setor da mineração foi um dos mais beneficiados pela atuação da CONSULTEC, junto com os setores de petróleo, energia e transporte.<sup>57</sup> Além da Hanna, uma de suas primeiras clientes, o escritório também elaborou o projeto de criação da Companhia Morro do Níquel S.A., controlada pelo grupo alemão Rothschild – da qual Lucas Lopes se tornaria diretor.<sup>58</sup> De acordo com a pesquisa de Dreifuss, um “levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos mostrou que 50% de tais pareceres haviam sido fornecidos pela CONSULTEC”.<sup>59</sup>

No início de 1960, a Hanna contratou a CONSULTEC para elaborar seu projeto definitivo de exportação de minério de ferro. De acordo com Osny Pereira, o escritório teria recebido 3,5 milhões de cruzeiros para avaliar a jazida de Águas Claras e mais 9 milhões para elaborar o projeto geral.<sup>60</sup> Os membros da CONSULTEC, no entanto, tinham exata noção das dificuldades políticas que surgiriam para a efetivação do projeto. Em memorando enviado pelo escritório à Mineração Hannaco nesse período, a CONSULTEC buscava “apontar alguns dos problemas relativos ao desenvolvimento das operações da Hanna Co. no Brasil, (...) bem como delinear medidas capazes de solucionar dificuldades que [viesses] a surgir”.<sup>61</sup> De acordo com o documento, a “natureza” do problema político que a empresa enfrentaria no país girava em torno do seguinte aspecto:

(...) Exploração de sentimentos nacionalistas por grupos de esquerda, bem como competidores que podem desejar deter o aparecimento de nova competição nas exportações de minério de ferro. Basicamente, as dificuldades políticas que a

---

<sup>56</sup> Sobre sua trajetória ver ALMEIDA, Julian Garcia A. de. *O debate da política mineral dos anos 60...op.cit.* p. 109-112.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>58</sup> LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento...op.cit.* p. 277.

<sup>59</sup> *Idem*.

<sup>60</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência...op.cit.* p. 95.

<sup>61</sup> Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1960.02.04. p. 1

Hanna Co. provavelmente enfrentará serão tão sérias quanto àquelas de natureza econômica, se não mais sérias ainda. Conseqüentemente, um cuidado especial deveria ser dedicado aos fatores políticos e humanos do caso.<sup>62</sup>

A CONSULTEC apresenta, então, alguns pontos básicos que deveriam ser obedecidos pela Hanna, entre eles: a) os objetivos da empresa deveriam se coadunar, ao máximo, às diretrizes da política de minérios do governo brasileiro; b) a interferência nos mercados da Companhia Vale do Rio Doce deveria ser especialmente evitada, já que a estatal corporificava “um investimento substancial do governo (...) e exerceu papel pioneiro na abertura de mercados para os minérios brasileiros”; c) a Hanna deveria deixar claro que ofereceria locomotivas e vagões adicionais a Central do Brasil e que o transporte do minério não afetaria o tráfego geral; d) a empresa também deveria disponibilizar uma parte da área de embarque para aluguel ou arrendamento a outros embarcadores, eliminando a aparência de “privilégio portuário monopolístico”, o que poderia ser considerado como um “enclave colonial”.<sup>63</sup> O documento sugeria, ainda, que a Hanna se organizasse no Brasil sempre visando apresentar-se como um empreendimento brasileiro, para tanto, deveria contar com a participação significativa de brasileiros em cargos de responsabilidade administrativa.

De fato, importantes tecnoempresários brasileiros participaram de cargos de gerência da multinacional americana.<sup>64</sup> Entretanto, as pressões contrárias ao empreendimento logo se fizeram notar, através da atuação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)<sup>65</sup> no Congresso, junto à imprensa e durante as atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o problema do minério de ferro e do manganês no Brasil.<sup>66</sup> O cenário se tornaria ainda mais preocupante para Hanna e outras mineradoras, com a chegada de Jânio Quadros ao poder, em 1961.

---

<sup>62</sup> *Idem.*

<sup>63</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>64</sup> Ver DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p. 92, 501-573.

<sup>65</sup> A Frente reuniu deputados de vários partidos na defesa de políticas e soluções nacionalistas para as questões relativas ao desenvolvimento brasileiro, durante as legislaturas de 1956 a 1964. Francisco Reginaldo de BARROS. Frente Parlamentar Nacionalista. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Alzira Alves de ABREU et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 27 de maio de 2016.

<sup>66</sup> As atividades da CPI ocorreram entre junho de 1960 e outubro de 1961 e contribuíram, sobremaneira, para a divulgação dos objetivos empresariais do grupo Hanna no país, agitando a oposição. Ver ALMEIDA, Julian Garcia A. de. *O debate da política mineral dos anos 60: a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o*

## 1.2. Os interesses dos mineradores na formação da elite orgânica do capital multinacional e associado (1961-1964)

Quadros, candidato da UDN, havia recebido apoio maciço do CONCLAP, da Associação Comercial de São Paulo, da FIESP e de importantes setores empresariais como os grupos Matarazzo e Ermírio de Moraes. Segundo Dreifuss, o apoio à candidatura de Quadros “representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente”.<sup>67</sup> No entanto, para a vice-presidência, foi novamente eleito João Goulart, candidato pela chapa PTB-PSD (com o Marechal Lott, à frente).

O deputado udenista João Agripino, foi nomeado para o recém-criado Ministério das Minas e Energia. Advogado e sem experiência prévia na área, Agripino estipulou uma nova política de exportação de minérios baseada em dois pontos fundamentais: o lucro obtido com as exportações deveria ser reinvestido na indústria siderúrgica nacional e a Cia. Vale do Rio Doce deveria ser protegida de concorrências desleais dentro do país.<sup>68</sup>

Sob sua capitania, o Ministério instituiu, em 26 de junho de 1961, um grupo de trabalho para examinar a situação, técnica e jurídica, de minas e jazidas de minério de ferro localizadas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (MG).<sup>69</sup> O relatório final dos técnicos do DNPM, enviado ao Ministro no dia 31 de julho de 1961, apontava irregularidades na situação de diversas minas da região, envolvendo o interesse de 17 empresas, entre elas: ICOMINAS/ICOMI, Mannesmann Mineração S.A./Siderúrgica Mannesmann,<sup>70</sup> SOBRAMIL/grupo Chamma, Cia. Minas de Jangada S.A./Grupo Jafet, Cia Mineração Trindade/Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira<sup>71</sup> e Cia Mineração Novalimense/grupo

---

*problema do ferro e do manganês no Brasil (1960/1963)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

<sup>67</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964...*op.cit.* p. 125.

<sup>68</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR...*op.cit.* p. 22.

<sup>69</sup> *Idem.*

<sup>70</sup> O grupo siderúrgico Mannesmann, de origem alemã, instalou-se oficialmente no país em 1954, em Minas Gerais, durante o governo Juscelino Kubitschek no estado. Em 1956, o grupo criou a Mineração Mannesmann S/A para abastecer seu parque siderúrgico. *Diário Oficial*, 23 de julho de 1962, p. 7817.

<sup>71</sup> S.A. Mineração Trindade – SAMITRI, foi criada em 1939. A empresa era controlada pela Arbed S.A., importante grupo siderúrgico belga. As atividades do Grupo Arbed no Brasil iniciaram-se em 1921, através da associação com a Companhia Siderúrgica Mineira, fundada quatro anos antes por Cristiano Guimarães e

Hanna.<sup>72</sup> Esse conjunto de empresas representava importantes expoentes dos capitais nacional (grupos Chamma e Jafet), multinacional (Hanna e Mannesmann) e seus associados (grupo Antunes e Belgo-Mineira/grupo Arbed).

Agripino encaminhou o estudo ao presidente Jânio Quadros, em 17 de agosto de 1961, anexando 21 pareceres jurídicos elaborados pelo DNPM que recomendavam a nulidade dos registros de minas e jazidas considerados irregulares. O ministro das Minas e Energia propôs, ainda, que o presidente aprovasse tais recomendações, instaurando o devido processo administrativo; e autorizasse o Ministério a transformar as referidas minas e jazidas em reserva nacional, propriedades da União.<sup>73</sup> Quatro dias antes de sua renúncia, Quadros aprovou as propostas de Agripino nos seguintes termos:

1º) Aprovo as conclusões e recomendações do grupo de trabalho que inspecionou as jazidas de minério de ferro no Estado de Minas Gerais e ainda os 21(vinte e um) pareceres do assistente jurídico do Departamento Nacional de Produção Mineral;

2º) O gabinete civil publicará na íntegra o relatório de fls. 1/73, por mim rubricadas;

3º) O Ministério das Minas e Energia elogiará ou fará elogiar os autores do trabalho pelos magníficos serviços prestados ao País;

4º) O Ministério das Minas e Energia promoverá os processos administrativos necessários e a caducidade das que vêm infringindo o Código de Minas na sua exploração. Fica o mesmo ministério autorizado a elaborar o expediente necessário para que as jazidas cujas autorizações ou concessões tenham sido anuladas ou declaradas nulas e caducas passem a constituir reserva nacional de propriedade na União.<sup>74</sup>

O impasse provocado após a renúncia de Quadros, com o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart e a campanha pela legalidade desencadeada por seu cunhado, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi solucionado com a imposição do parlamentarismo pelo Congresso Nacional, em 2 de setembro de 1961. Tancredo Neves assumiu como primeiro-ministro e para a pasta de Minas e Energia, convidou o deputado Gabriel Passos. Ao tomar posse, afirmou Passos:

---

Amaro Lanari, formando a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Em 1952, a Belgo-Mineira adquiriu a maioria das ações da SAMITRI para prospectar e pesquisar os recursos minerais existentes em suas propriedades. FERNANDES, Francisco Rego Chaves. et al. *Os maiores mineradores do Brasil...op.cit.* p. 384-419.

<sup>72</sup> A lista das minas e das respectivas empresas proprietárias apontadas pelo relatório, estão descritas em documento elaborado por Mário da Silva Pinto, em outubro de 1962, analisando a situação do grupo Hanna para a CONSULTEC. Arquivo Pessoal de Lucas Lopes, LL ap 1960.02.04.

<sup>73</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. "O caso Hanna/MBR...op.cit. p. 26.

<sup>74</sup> O despacho presidencial está reproduzido em PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência...op.cit.* p.150-151.

A exploração das riquezas nacionais deve fazer-se com atenção às exigências da atual geração, mas jamais poderá ser levada a efeito com o esquecimento do que devemos às gerações futuras. Não pode, em consequência, ter caráter predatório, nem ser entregue meramente aos interesses imediatistas de grupos econômicos que só visam ao próprio lucro, sem atenção ao interesse geral, ao bem comum. As riquezas de um País pertencem ao seu povo e, por conseguinte, só devem ser exploradas de maneira que, em proveito da coletividade, revertam os seus resultados felizes.<sup>75</sup>

Em minuta enviada ao Conselho de Ministros em outubro de 1961, Passos delimitou sua política de exportação de minério de ferro, aprofundando as diretrizes gerais traçadas pelo ex-ministro João Agripino. Deveria ser estabelecida uma revisão completa das autorizações de pesquisa e concessões de lavra já realizadas pelo Ministério. O transporte ferroviário e o embarque de minério só poderiam ser realizados por empresas estatais, seguindo uma ordem de prioridade: 1º) minério da CVRD ou de empresas associadas; 2º) o minério destinado às usinas siderúrgicas instaladas no país; 3º) o minério exportado por empresas siderúrgicas existentes no Brasil; 4º) o minério dos exportadores que se comprometessem a reinvestir seus lucros em empreendimentos siderúrgicos no país; 5º) o minério dos pequenos mineradores associados e 6º) o minério dos demais exportadores. De acordo com Mata-Machado, ainda que a minuta não tenha sido promulgada como decreto, sua política foi seguida pelos sucessivos ministros (João Mangabeira, Eliezer Batista e Oliveira Brito), até 1964.<sup>76</sup>

Tais diretrizes representaram a consolidação de uma política de exportação de minérios totalmente oposta à orientação traçada durante a administração Kubitschek. Dessa forma, caberia à Vale do Rio Doce, e não à iniciativa privada (associada), a liderança das exportações, ao mesmo tempo, em que exigia que os demais produtores reinvestissem seus lucros no país, particularmente no setor siderúrgico.

Logo em seguida, o Conselho de Ministros solicitou o reexame do relatório e dos pareceres jurídicos do grupo de trabalho que inspecionou a situação das minas e jazidas do Quadrilátero Ferrífero. Em junho de 1962, as irregularidades foram novamente confirmadas e as conclusões do relatório apontavam:

---

<sup>75</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>76</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR...*op.cit.* p. 27.

As empresas que se julgam detentoras dos direitos às jazidas de Águas Claras (Cia. de Mineração Novalimense), Capão do Xavier (Cia. de Mineração Novalimense), Mutuca III (Mannesmann), Pico do Itabirito, Cata Branca (Novalimense e Icominas), Pitangui (Sobramil), São Luis, Bananal (Jair Porto) estão em situação legal irregular conforme demonstrado neste relatório, não estando, portanto, legalmente habilitados a pesquisar e lavar os depósitos respectivos.<sup>77</sup>

Quatro dias antes de falecer, em 15 de junho de 1962, o ministro Passos assinou despacho determinando o cancelamento “das averbações irregularmente processadas”,<sup>78</sup> retirando os direitos minerários das referidas empresas. Lucas Lopes, que havia assumido a presidência da Novalimense em fevereiro, enviou um telegrama a Tancredo Neves afirmando que a decisão de Passos provocaria “violento choque na opinião pública brasileira e norte-americana” e que o primeiro-ministro deveria sustar imediatamente a “execução da medida ilegal”. Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, por sua vez, enviou telegrama ao presidente João Goulart protestando “contra o atentado que se estava praticando contra uma empresa norte-americana”.<sup>79</sup>

No caso específico da Hanna, as razões que levaram ao pedido de cancelamento da sua concessão, remontam à transferência dos direitos minerários da St. John para a Cia. Novalimense, realizada em 1938. Até 1934, a empresa inglesa era proprietária de mina de ouro em efetivo funcionamento e de jazidas de ferro, manganês e bauxita, na forma de ocorrência mineral não explorada. Quando a Constituição de 1934 foi promulgada, as concessões de pesquisa ou lavra, passaram a ser cedidas somente a brasileiros ou empresas organizadas no país. Dessa forma, a St. John só pôde permanecer proprietária de sua mina de ouro, porque a mesma já estava sendo explorada antes do estabelecimento da nova Constituição. No entanto, as jazidas de ferro, manganês e bauxita, ficaram em situação irregular e, mesmo assim, foram transferidas à Novalimense. Além disso, a nova carta constitucional aprovada em 1937, restringiu ainda mais a participação do capital estrangeiro, exigindo a nacionalidade brasileira aos sócios e acionistas das empresas de mineração. Para tentar legalizar sua situação, a Novalimense requereu junto ao DNPM a alteração do registro de suas jazidas, de ocorrência mineral não explorada para mina em lavra, justificando que as mesmas haviam sido exploradas em pequena escala, antes de

---

<sup>77</sup> O novo relatório foi publicado em *Diário Oficial da União*, 22 de julho de 1962, p. 7822.

<sup>78</sup> *Diário Oficial da União*, 19 de junho de 1962, p. 6681.

<sup>79</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência...op.cit.* p.159-160.

1934. O pedido foi aceito e oficializado em abril de 1938.<sup>80</sup> Essa averbação foi considerada ilegal pelo relatório e pelos pareceres jurídicos do DNPM.

A empresa ICOMINAS, criada pelo grupo Antunes em 1942, explorava a mina do Pico de Itabirito, arrendada pela Novalimense e, por isso, também foi anulada.<sup>81</sup> Os dois grupos empresariais, Hanna/Antunes, entraram com uma ação conjunta no Tribunal Federal de Recursos (TFR), em 29 de agosto de 1962, solicitando um mandado de segurança contra a decisão ministerial. A defesa alegava que as autorizações para exploração mineral só poderiam ser declaradas nulas por decreto do presidente da República, e não, por despacho do ministro; e que as averbações autorizadas em 1938, muito comuns à época, haviam gerado direitos incorporados ao patrimônio das impetrantes por mais de 24 anos. O pedido foi aceito, mas um ano depois a liminar foi cassada pelo colegiado do Tribunal e as empresas decidiram recorrer ao Supremo Federal (STF), iniciando a batalha jurídica que ficaria conhecida como “o caso Hanna” – só solucionado em 1967.

Ainda que as questões envolvendo o grupo Hanna tenham ganhado mais notoriedade à época, muito por conta de seu poderio econômico, outras empresas também enfrentaram dificuldades para seguir com seus empreendimentos durante o governo Goulart. A DEMA, criada através da associação entre a Wah Chang e os empresários Fernando Mello Vianna e Horácio de Carvalho para explorar nióbio em Araxá (MG), foi impedida pelo Ministério das Minas e Energia de continuar o empreendimento. O imbróglio começou quando a empresa, dona de duas jazidas na região, passou a explorar uma terceira que, na verdade, pertencia à empresa estatal Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG).<sup>82</sup> Já a S.A. Mineração de Amianto (SAMA),<sup>83</sup> de capital francês, entraria em disputa, a partir de 1962, com a empresa estatal Metais de Goiás S.A. (METAGO), pelos direitos de exploração das jazidas de amianto descobertas no estado, em uma região de conflitos de terra, sobre as quais o governo goiano reivindicava a propriedade.<sup>84</sup>

Perda dos direitos minerários, “instabilidade” jurídica e possibilidade concreta de estatização, aterrorizavam empresários e seus agentes no âmbito da mineração no período.

---

<sup>80</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR...*op.cit.* p. 2.4.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>82</sup> Arquivo pessoal Lucas Lopes, Série Produção Intelectual (pi), dossiê LL pi autores diversos 1964.01.13.

<sup>83</sup> Empresa foi criada em 1938 com participação do grupo francês Compagnie Pont-à-Mousson, através de sua subsidiária Brasilit S.A. FERNANDES, Francisco Rego Chaves. et al. *Os maiores mineradores do Brasil...op.cit.* p. 675.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 678-679.

Além disso, é importante destacar que no caso Hanna, por exemplo, os rumos das políticas nacionais voltadas à exportação de minério de ferro também afetavam os interesses de outros grupos multinacionais do setor siderúrgico, uma vez que no projeto para a exploração das jazidas de Minas Gerais já estavam acertados seus mercados consumidores – as siderúrgicas Amrco (EUA), Krupp e Mannesmann (ALE).

No entanto, evidentemente, não foi apenas no setor da mineração que os interesses do bloco multinacional e associado foram desafiados pela administração Goulart. Uma das principais medidas adotadas pelo governo para atacar violentamente tais interesses, foi a regulamentação da lei de remessa de lucros, no final de 1963. A lei exigia que a remessa anual de lucros não poderia exceder a 10% dos investimentos líquidos registrados, os valores remetidos que ultrapassassem essa cota seriam considerados repatriação de capital, e não poderiam superar o teto de 20% anuais – acima desse valor seriam considerados como capital suplementar, devendo ser reinvestidos no país.<sup>85</sup> O governo também tentou reajustar o salário mínimo e o poder aquisitivo dos trabalhadores, com o estabelecimento de uma política de controle de preços e supervisão da distribuição de bens básicos ao consumo; iniciou um tímido estágio de reforma agrária, com a desapropriação de áreas não cultivadas situadas a curta distância de rodovias e ferrovias; buscou implementar medidas contra a especulação financeira, como a limitação do redesconto bancário; e propôs reformas tributária, eleitoral e educacional.<sup>86</sup>

Segundo Dreifuss, essa radicalização da postura do Executivo frente aos interesses do grande capital seria explicada pela conformação de um novo bloco de poder durante o governo Goulart, que se diferenciava dos governos populistas anteriores. Tal bloco teria se constituído a partir da luta contra o impedimento da posse do então vice-presidente, aglutinando setores da burguesia industrial de médio porte, grupos agrários voltados ao mercado interno, políticos tradicionais que se opunham às demandas do capital multinacional e associado, e as classes trabalhadoras organizadas, impelindo o Executivo a tomar um rumo nacional-reformista.<sup>87</sup>

Ao mesmo tempo, desde a renúncia de Quadros, ia ficando mais claro aos intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado que as tentativas de se obter

---

<sup>85</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.*, p. 131-132.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 132.

<sup>87</sup> *Idem*, p. 130-131.



igualdade político-jurídica dentro da convergência de classes do regime populista seriam cada vez mais impossibilitadas. Nesse sentido, enquanto o grande capital exigia as reformas necessárias para a “estabilização” econômica através de arrocho salarial, cortes nas despesas públicas e adoção de medidas para favorecer a concentração de renda, o Executivo nacional-reformista tentava aplicar suas reformas de base, direcionando maiores recursos públicos para setores como saúde, educação, transporte, etc. Assim, “ideologicamente, as alternativas delineavam-se claramente para o bloco popular e também para as classes dominantes: o estatismo nacional-reformista ou o capital oligopolista multinacional-associado”.<sup>88</sup>

Se até o final da década de 1950, a despeito de seu poderio econômico, os interesses multinacionais e associados não haviam forjado uma liderança política organizada,<sup>89</sup> a construção do complexo IPES/IBAD no início da década seguinte revelaria a tomada de consciência de uma elite empresarial e seus intelectuais orgânicos da necessidade de se dirigir uma ação política que assegurasse a reprodução de seus interesses. Dessa forma, na esteira da ação iniciada pelo IBAD e pela militante CONCLAP, o IPES foi criado em novembro de 1961, para agir como o estado-maior dos interesses empresariais, modelando “as forças sociais burguesas em uma classe” capaz de agir politicamente. Nas palavras de Dreifuss:

A elite orgânica se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.<sup>90</sup>

O Instituto centralizava suas ações a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, formando um Comitê Executivo Nacional conjunto que coordenava outros estados que estabeleceram centros similares, entre eles: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco,

---

<sup>88</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>89</sup> Exceto a articulação nas entidades setoriais e nas associações de cunho mais abrangente, como as federações industriais.

<sup>90</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit*, p. 164.

Paraná, etc. A estrutura de tomada de decisão era formada pelo Comitê Executivo (CE), Comitê Diretor (CD) e Conselho Orientador (CO).<sup>91</sup> Cada um deles atuava nos diferentes centros regionais, centralizados politicamente pelo IPES-Rio e pelo IPES-SP. Entre os empresários da mineração, faziam parte da estrutura formal de direção do IPES os seguintes nomes:

**Quadro 1.1. Empresários da mineração no IPES**

<b>IPES-RJ</b>		
<b>Empresário</b>	<b>Grupo</b>	<b>Estrutura</b>
Augusto T. de Azevedo Antunes	ICOMI/Bethlehem Steel	Conselho Orientador, Grupo de Estudo e Ação e Conselho Orientador Nacional
<b>IPES-SP</b>		
José Ermírio de Moraes	Votorantim	Conselho Orientador, Comitê Diretor
Salim Chamma	SOBRAMIL/Chamma	Comitê Diretor, Grupo de Trabalho e Ação e Grupo de Integração
<b>IPES-MG</b>		
Hélio Pentagna Guimarães	Magnesita	Fundador
Antônio Mourão Guimarães	Magnesita	Fundador

Fonte: DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.*, p. 172-180. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Editora Vozes, 1986. p. 337-339.

Antunes foi um dos principais articuladores, junto com Glycon de Paiva, para a fundação do Instituto, tendo a ICOMI financiado o IPES desde o começo de suas atividades. Ermírio de Moraes era um dos principais líderes da sucursal paulista e Salim Chamma é destacado por Dreifuss, como uma importante figura na mobilização econômica do empresariado paulista para o financiamento das ações do IPES.<sup>92</sup> Já Hélio Pentagna e Antônio Mourão Guimarães, além de fundadores, eram elementos-chave na articulação ipesiana com os setores agrários no estado de Minas.<sup>93</sup>

Entre os diretores e tecnoempresários do setor, estão os seguintes membros:

<sup>91</sup> O CE era a instância de direção administrativa e execução das decisões tomadas pelo CO e CD, assim como, a discussão e aprovação de projetos e orçamentos. O CD era composto por 10 membros fixos do Rio e 10 DE São Paulo, sendo responsável pela escolha de membros do CE e da programação dos Grupos de Estudo e de Trabalho e Ação. O CO era composto por quarenta membros e atuava como uma rede básica para o levantamento de fundos, vários de seus membros compunham o Conselho Orientador Nacional (CON) do IPES. *Idem*, p. 172-173.

<sup>92</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.*, p.

<sup>93</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais...op.cit.* p. 91.

### Quadro 1.2. Diretores/tecnoempresários da mineração no IPES

IPES-RJ		
Empresário	Grupo	Estrutura
Antonio Carlos do Amaral Osorio	ICOMI/Bethlehem Steel	Conselho Orientador, Grupo de Estudo e Ação, Comitê Diretor e Comitê Executivo Nacional
Dario de Almeida Magalhães	DEMA/Wah Chang	Conselho Orientador e Grupo de Estudo e Ação
Glycon de Paiva	ICOMI, CONSULTEC	Conselho Orientador, Comitê Executivo, Grupo de Estudo e Ação, Comitê Diretor, Comitê Executivo Nacional e Conselho Orientador Nacional
Oscar de Oliveira	CAEMI/ICOMI, Sinferbase	Comitê Orientador, Grupo de Estudo e Ação e Conselho Orientador Nacional
IPES-SP		
Lucas Nogueira Garcez	SAMA/ETERNIT	Conselho Orientador
José Bastos Thompson	Mineração Brumadinho	Conselho Orientador

Fonte: DREIFUSS, René Armand. 1964...*op.cit.* p. 501-573

É importante destacar que Lucas Lopes e Roberto Campos, apesar de não integrarem a estrutura formal do IPES, circulavam em sua órbita ministrando palestras e colaborando com a elaboração de projetos. Outros membros de destaque do Instituto, vinculados ao setor eram Octávio Gouveia de Bulhões (CONSULTEC, Hanna, Arbed), José Luiz Bulhões Pedreira (CONSULTEC, Hanna), Augusto Frederico Schmidt (ICOMI, Mineração Mannesmann) e Jonas Barcellos Correa (Mineração Morro Velho).<sup>94</sup>

Para a captação de recursos para suas ações o Instituto mantinha dentro de sua estrutura organizacional um Grupo de Integração com uma equipe variada, capaz de recrutar associados e patrocinadores das diferentes frações empresariais.<sup>95</sup> Além de Salim Chamma, pelo IPES-SP, Dreifuss também destaca, como importantes articuladores da mobilização econômica empresarial, os nomes de Glycon de Paiva, Oscar de Oliveira e Augusto de Azevedo Antunes.

Entre os contribuintes individuais do Instituto estavam Paulo C. Antunes (irmão de Augusto de Azevedo Antunes), Fernando Viriato Miranda Carvalho (ICOMI), João Sérgio

<sup>94</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964...*op.cit.* p. 501-573

<sup>95</sup> *Idem*, p. 199.

Marinho Nunes (ICOMI e Cia. Minas da Jangada/grupo Jafet),<sup>96</sup> Daniel O. Sydenstricker (ICOMI, Cia. Minas da Jangada, SOPEMI-Pesquisa e Exploração de Minérios/grupo Compagnie Pont-à-Mousson ) e Eduardo Galliez (Morro do Níquel S.A).

Já entre as empresas multinacionais ligadas ao setor que contribuíram financeiramente com o IPES estavam: Hanna Mining, U.S. Steel, Bethlehem Steel e Belgo-Mineira/Arbed. Outra fonte de financiamento era a Konrad Adenauer Stiftung, órgão do Partido Democrático Cristão da Alemanha, que contribuía através do complexo siderúrgico da Mannesmann.<sup>97</sup>

Com um panorama geral da representatividade do setor dentro do IPES, podemos perceber a participação de empresários, diretores de grandes mineradoras multinacionais e associadas, ressaltando-se os ipesianos ligados às setes empresas diretamente atingidas por medidas dos governos Quadros e Goulart: Hanna, DEMA, SAMA, ICOMI, SOBRAMIL, ARBED e Mannesmann. Alguns desses agentes iriam ocupar cargos no primeiro governo do regime militar, liderado por Castello Branco (1964-1967), implementando as medidas necessárias para afastar os empecilhos construídos, no final do regime populista, aos interesses do capital multinacional e associado no setor da mineração.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Julian Garcia A. de. **O debate da política mineral dos anos 60: a Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o problema do ferro e do manganês no Brasil (1960/1963)**. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ARAÚJO, Fernanda da Costa M. **Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes. Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

---

<sup>96</sup> Marinho Nunes foi advogado do grupo liderado por Antunes entre 1957 e 1979. Além disso, foi presidente do Sinferbase e do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), criado em 1976, por três vezes (1980-1982/1986-1990/1992-2001).

<sup>97</sup> Dreifuss assinala que esse apoio transnacional era canalizado para o IPES por meio do IBAD, através dos depósitos financeiros na conta da rede IBAD/ADEP/Promotion. DREIFUSS, René Armand. *1964...op.cit.* p. 206-207.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BORTONE, Elaine. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre. Comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981

\_\_\_\_\_. **A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves et al. **Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. (3 volumes).

GOMES SILVA, Eduardo. **A rede da democracia e o golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. “O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação”, 2003.

MELO, Demian. Ditadura civil-militar?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**. Nº 27 , 2º Semestre 2012, pp. 39-53

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Mauro Thibau: trajetória de um ministro**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

PEREIRA, Osny Duarte. **Ferro e Independência - Um Desafio à Dignidade Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura civil-militar**. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012

\_\_\_\_\_. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/osol-sem-peneira> (acessado em 13 de agosto de 2015)

SPOHR, Martina. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Editora Vozes, 1986.

VALE. **Nossa história**. Verso Brasil Editora, 2012.

VENTURINI, Fábio César. **Estado, grande indústria e militares. As relações de poder no setor metal-mecânico no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2008

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.